

Eu, _____, candidato a Presidente da República Federativa do Brasil, firmo aqui o compromisso público de não privatizar e ser contra à privatização do Sistema Eletrobrás e suas controladas.

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS: Em defesa da segurança energética, da modicidade tarifária e da Soberania Nacional.

A Eletrobrás é vital para segurança energética, para modicidade tarifária e para soberania nacional. A Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) é uma empresa de economia mista e capital aberto, controlada pelo governo brasileiro atuando na área de geração e transmissão diretamente ou através de consórcios com suas subsidiárias Furnas, Chesf, Eletro norte, Eletrosul e Eletronuclear. A Eletrobrás atua também na área **DISTRIBUIÇÃO**, através de suas controladas, nos estados do AMAZONAS, RORAIMA, ALAGOAS, PIAUÍ, RONDÔNIA E ACRE. Possui, ainda, um centro de pesquisas (Cepel) e detém 50% de Itaipu Binacional.

A capacidade geradora da Eletrobrás é de aproximadamente 1/3 de toda capacidade de geração do País. Possui cerca de 50% da rede básica de transmissão e é responsável pela distribuição de energia elétrica em áreas estratégicas e que demandam políticas públicas, a exemplo da AMAZÔNIA E NORDESTE.

A garantia do parque energético nacional sob controle estatal é estratégica no que diz respeito à segurança nacional. Não por outra razão que a Constituição Federal atribui a exploração dos serviços e instalações elétricas e o aproveitamento energético dos cursos d'água como sendo de competência da União, que pode explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão.

Na década de 1990, foram tomadas iniciativas privatistas, diminuindo o papel da Eletrobrás, com a diminuição substantiva dos investimentos e a negligência com o planejamento energético nacional. Esta decisão, do governo da época, gerou a elevação dos preços de energia elétrica e a restrição da sua oferta, ocasionando a crise energética de 2001, o chamado "apagão", que obrigou a adoção de plano de racionamento de energia elétrica com forte impacto no parque produtivo e industrial nacional.

Devido a este completo insucesso da política neo-liberal, o governo Lula, a partir de 2003, formulou o Novo Modelo do Setor Elétrico centrado exatamente no cumprimento dos objetivos de segurança, no atendimento do serviço e adoção de investimentos para garantir tarifas módicas.

Em 2016, uma nova fase de retrocessos é iniciada, com o processo de privatização das **DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA**. Em 2017, foi tomada a decisão de privatizar a geração e transmissão: Furnas, Eletro norte, Chesf e Eletrosul.

Agora, em 2018, já ocorreram os leilões das **DISTRIBUIDORAS** dos estados do Piauí, Rondônia, Roraima e Acre, e importantes ativos das Sociedades de Propósito Específicas (SPÉs) com participação da Eletrobrás, que abrangem nossos Parques Eólicos detentores de tecnologia de ponta na área de energias limpas e renováveis. Há ainda duas Distribuidoras, nos estados do Amazonas e Alagoas que também estão